

RESENHA AVALIATIVA

AS DIMENSÕES TÉCNICAS E POLÍTICAS DAS PRÁTICAS EDITORIAIS EM PERIÓDICOS DE EDUCAÇÃO: PARA ALÉM DAS NORMAS¹

THE TECHNICAL AND POLITICAL DIMENSIONS OF EDITORIAL PRACTICES IN EDUCATION JOURNALS: BEYOND THE NORMS

LAS DIMENSIONES TÉCNICAS Y POLÍTICAS DE LAS PRÁCTICAS EDITORIALES EN REVISTAS DE EDUCACIÓN: MÁS ALLÁ DE LAS NORMAS

CLAUDIA TAVARES DO AMARAL¹

<claudia.amaral@ufcat.edu.br>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2859-9353>

¹ Universidade Federal de Catalão. Catalão, GO, Brasil.

INTRODUÇÃO

Desde um período bem remoto, os resultados de evidências científicas são questionados. Assim, de forma crescente, a Ciência Aberta vem batendo à porta. Os artigos de Abdo (2015), Albagli (2015), Chan, Okune e Sambuli (2015), Clinio (2015), Delfanti e Pitrelli (2015), Guimarães (2015), Kera (2015), Lafuente e Estalella (2015), Machado (2015), Parra (2015) e Pezzi (2015) podem exemplificar a relevância da temática, por resultarem de um evento promovido pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) em 2014, que tematizou a Ciência Aberta. Naquele momento, esse movimento global já defendia o acesso ao conhecimento científico como forma de combater a obscuridade em algumas práticas científicas. Os autores citados, e muitos outros como Fialho e Galleti (2022), Fialho *et al.* (2023), Trzesniak e Panepucci (2023), refletem sobre a Ciência Aberta, destacando sua importância na transparência e na colaboração para a construção de um processo sólido. Isso nos leva à afirmação de Capra (2006, p. 14), de que “[...] precisamos, pois, de um novo paradigma – uma nova visão da realidade, uma mudança fundamental em nossos pensamentos”.

Tem-se, portanto, um mecanismo de colocar em público os elementos resultantes de pesquisas, ao conhecimento e à crítica dos pares, que não se confunde necessariamente com sindicabilidade, já que, conforme infere Jimmy Martin (2000, p. 142), ao ser questionado para que servem nossas pesquisas, considerou que “[...] suas avaliações não são comentário do mundo”.

O artigo que motiva esta resenha insere-se nesse contexto, tendo sido originalmente submetido à *Educação em Revista*. Após a avaliação por pares, os pareceres foram compartilhados com os autores, que, mediados pela equipe editorial, participaram de um encontro *on-line* para discutir as contribuições dos avaliadores. Essa experiência, alinhada aos princípios da Ciência Aberta, reforçou a transparência e o diálogo no processo de publicação. Posteriormente, tivemos a oportunidade de elaborar

¹ Editora participante do processo de avaliação por pares aberta: Suzana dos Santos Gomes

este texto, que consiste em desdobramento desse processo colaborativo, também considerado por Mendonça (2023, p. 4) como “[...] produtivo e formativo para pessoas autoras, que têm, com essa publicação, a oportunidade de ver seu texto lido e comentado, o que amplia em muito a divulgação e o debate em torno de suas ideias”.

Assim sendo, esta resenha dialoga, em especial, com o artigo *Políticas editoriais: uma investigação de periódicos da área da Educação por meio de análise documental*, de Matheus Ganiko-Dutra, Kevin Luis Lopes-Delphino e Caio Augusto Martins Furtado (2024), que será tratado em detalhes a seguir. O fato de o estudo abordar justamente políticas editoriais e ser apresentado nos moldes da Ciência Aberta acrescenta uma camada relevante à nossa atuação na editoria de um periódico que também é da educação, tornando a reflexão ainda mais desafiadora, visto que “[...] os processos que envolvem a vida de um periódico (e.g. submissão, avaliação, editoração de artigos científicos) costuma[m] ser inacessível[s] para a maioria das pessoas autoras e até mesmo para pareceristas e editores” (Mendonça, 2023, p. 1).

APRESENTAÇÃO DO ARTIGO

O texto analisado investigou as políticas editoriais (PE) de periódicos científicos da área da Educação, destacando sua função na organização, transparência e credibilidade das publicações. Ganiko-Dutra, Lopes-Delphino e Furtado (2024) argumentam que, embora as PE sejam fundamentais para a gestão editorial, ainda há carência de um conceito operacional e consensual sobre o que constitui uma política editorial, especialmente na Educação. A pesquisa parte da pergunta: “Quais informações são disponibilizadas nos sites das revistas e como elas se relacionam com as políticas editoriais?” (Ganiko-Dutra; Lopes-Delphino; Furtado, 2024, p. 4). Assim, cinco periódicos A1 do *Qualis* da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) (2017-2020) foram analisados.

O texto situa a discussão no contexto da Área 38 (Educação) da Capes, destacando a escassez de estudos que tratem as PE como objeto central. Enquanto a literatura frequentemente aborda temas como ética em pesquisa ou produtivismo acadêmico, o artigo revela que poucos trabalhos focam especificamente nas PE (ex.: Dias, 2024; Silveira; Silva; Dall’Agnoll, 2023). Os autores adotam a definição de Gruszynski, Golin e Castedo (2008), que descrevem as PE como conjunto de normas que definem o título, escopo, periodicidade, avaliação por pares, critérios de publicação e outros aspectos editoriais, com primazia nas dimensões técnicas.

A pesquisa, de natureza qualitativa, adotou abordagem no paradigma interpretativo (Taylor, 2023; Treagust; Won; Duit, 2014), com posterior realização de análise documental dos sítios eletrônicos de cinco periódicos classificados no estrato A1 pelo *Qualis-Capes* (2017-2020). Foram analisados os seguintes periódicos: o internacional *American Journal of Education*; e os nacionais *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos* (RBEP), *Revista Brasileira de Educação* (RBE), *Práxis Educativa*, da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) e *Cadernos de Pesquisa*, da Fundação Carlos Chagas. A construção das categorias de análise ocorreu em sequência, organizando-se em três eixos principais: a) *Sobre a Revista*, contemplando foco, escopo, indexação e histórico; b) *Fluxo Editorial*, abrangendo processos de submissão, avaliação por pares e diretrizes para autores e editores; e c) *Questões Éticas*, incluindo integridade científica, políticas contra plágio, direitos autorais e privacidade de dados.

Os resultados, sintetizados em um quadro de dupla entrada que cruzou categorias e periódicos, revelaram padrões interessantes. No eixo *Sobre a Revista*, todos os periódicos apresentavam informações claras sobre foco, escopo e requisitos para publicação; entretanto, dados como fator de impacto e indicadores qualitativos eram escassos – apenas a RBEP e o *American Journal of Education* mencionavam *score* de citação e planos de desenvolvimento editorial. Quanto ao *Fluxo Editorial*, não obstante todos os periódicos estabelecessem diretrizes para autores, apenas três disponibilizavam *templates* de submissão. Sobre a avaliação, embora todos descrevessem o processo de avaliação por pares, apenas dois periódicos detalhavam critérios específicos para dossiês ou ofereciam diretrizes explícitas para editores.

Ganiko-Dutra, Lopes-Delphino e Furtado (2024, p. 10) apontam algumas características individuais, como a da RBE:

A *Revista Brasileira de Educação* indica a licença de uso *Creative Commons*, do tipo BY, no item “Propriedade intelectual”. Nas “Condições para submissão”, afirma-se o compromisso com a

originalidade dos manuscritos submetidos e a importância do anonimato para o processo de avaliação. Há, ainda, seções específicas para mencionar a “Declaração de Direito Autoral” e a “Política de Privacidade”

Já a *Revista Práxis Educativa*, segundo os autores, “[...] afirma seu compromisso com a publicação de obras originais na seção de ‘Condições para submissão’. Na seção de ‘Diretrizes para os autores’ menciona-se a importância de não identificar a autoria nos manuscritos durante o processo de avaliação” (Ganiko-Dutra; Lopes-Delphino; Furtado, 2024, p. 10).

No aspecto das *Questões Éticas*, identificou-se que todos os periódicos abordavam temas como integridade científica e direitos autorais, mas com variações na organização: alguns, como o *American Journal of Education*, dedicavam seções específicas – “[...] a frequência de publicação, o fator de impacto da revista, seu score de citação, objetivo, foco e escopo. Em seções exclusivas, aborda as temáticas de política de Acesso Aberto” (Ganiko-Dutra; Lopes-Delphino; Furtado, 2024, p. 7); enquanto outros distribuíam as informações pelo sítio eletrônico. Os autores destacam que a *Práxis Educativa* e a RBEP faziam referência a documentos normativos como as diretrizes do *Committee on Publication Ethics* (COPE) e “[...] Resoluções nº 466 e 510 do Conselho Nacional de Saúde, ‘Ética e integridade na prática científica’ do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), e-book ‘Ética e Pesquisa em Educação: subsídios’ da ANPEd [Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação] e manual ‘American Psychological Association – APA’” (Ganiko-Dutra; Lopes-Delphino; Furtado, 2024, p. 10).

Com base nesses achados, os autores propuseram uma ampliação conceitual das políticas editoriais, superando a perspectiva puramente normativa de Gruszynski, Golin e Castedo (2008). A proposta organiza-se em três dimensões inter-relacionadas: a) *Normativa*, referente às regras formais como periodicidade e escopo, ou seja, “[...] um caráter normativo das particularidades de um periódico e de sua estruturação para o recebimento de manuscritos e consumo por parte dos leitores” (Ganiko-Dutra; Lopes-Delphino; Furtado, 2024, p. 13); b) *Técnica*, concernente aos fluxos operacionais como plataformas de submissão e prazos. Apresenta, assim,

[...] todo o panorama geral quanto às informações sobre o periódico e seu fluxo editorial, permitindo que autores e leitores estejam a par de todas as etapas desde a submissão à publicação, atribuindo-lhes autonomia para submeter manuscritos respeitando as seções previstas pela revista, as particularidades da plataforma de submissão e os documentos necessários para a pré-avaliação e avaliação por pares (Ganiko-Dutra; Lopes-Delphino; Furtado, 2024, p. 13).

E c) *Política*, envolvendo compromissos éticos e de transparência como combate ao plágio e políticas de acesso aberto, que explicita

[...] a postura da equipe editorial e, consequentemente, do periódico, frente a questões éticas, como as boas práticas envolvidas ao processo editorial, protocolos relacionados à má conduta, ética em pesquisa, direitos autorais, princípios para autores, informações sobre APCs [sigla em inglês para Taxas de Processamento de Artigos], política de quarentena, política de retratação, integridade e prevenção de plágio e autoplágio (Ganiko-Dutra; Lopes-Delphino; Furtado, 2024, p. 13).

Essa estrutura triádica foi ilustrada por meio de um diagrama que demonstra como as políticas editoriais influenciam as decisões editoriais, as práticas cotidianas e, finalmente, o impacto do periódico no meio acadêmico.

O estudo representa um avanço significativo na compreensão das políticas editoriais, oferecendo contribuições valiosas em três dimensões que são conectadas. Do ponto de vista teórico, destaca-se pela proposta inovadora de um modelo integrado que articula de maneira coerente as normas editoriais, os aspectos técnicos e as dimensões políticas, superando abordagens fragmentadas comuns na literatura. Na esfera prática, o trabalho mostra-se particularmente relevante ao sugerir diretrizes concretas para periódicos científicos, como a adoção de *templates* padronizados, a elaboração de diretrizes claras para avaliadores e a organização sistemática de seções dedicadas à ética em pesquisa – elementos fundamentais para a profissionalização da editoração científica.

A contribuição metodológica materializa-se no quadro que foi elaborado com as categorias identificadas nos periódicos, que se mostra como um instrumento replicável para futuras pesquisas na

área. Entretanto, é importante reconhecer que a pesquisa apresenta limitações que merecem consideração. A análise concentrada em apenas cinco periódicos de excelência (classificados no estrato A1) restringe a possibilidade de generalização dos resultados para outros estratos qualitativos e áreas do conhecimento e, ao mesmo tempo, impossibilita o olhar sobre as características dos periódicos com outros estratos. Essa limitação torna-se ainda mais evidente quando observamos que a única revista internacional incluída no *corpus* não teve seus critérios de seleção com justificativa robusta, apenas “[...] foi selecionada com a intenção de incluir uma revista internacional” (Ganiko-Dutra; Lopes-Delphino; Furtado, 2024, p. 6), o que poderia comprometer a representatividade da amostra em um contexto mais amplo, pois, qual o critério para a escolha de uma revista internacional *Qualis A1* dentre tantas que estão listadas?

A estruturação das categorias de análise, embora abrangente, poderia beneficiar-se de um maior refinamento, particularmente no que diz respeito às questões éticas. A inclusão de subdivisões temáticas mais específicas – como políticas para conflitos de interesse, equidade de gênero ou diversidade na composição editorial – poderia contribuir para que a análise estivesse mais completa. Além disso, a ausência de uma discussão mais aprofundada sobre boas práticas editoriais e tendências internacionais representa uma lacuna, especialmente quando se considera que um dos periódicos analisados é de origem internacional. Na tese de Lúcia da Silveira (2023), por exemplo, foram recomendados alguns elementos² para a promoção de uma política de dados estruturada, e talvez dessas se pudesse extrair outras categorias.

As conclusões do estudo reforçam a importância das políticas editoriais na gestão de periódicos científicos e, para pesquisas futuras, sugere-se uma ampliação do escopo de análise que inclua periódicos de diferentes estratos qualitativos (A2, A3, A4 e B1), como também diversas áreas geográficas, o que permitiria validar o conceito proposto em contextos mais amplos. Seria igualmente interessante investigar, por meio de métodos qualitativos, os processos de implementação das políticas editoriais, bem como examinar sistematicamente sua relação com a indexação em bases internacionais de prestígio. Ou ainda compreender as políticas editoriais frente às condições de trabalho do corpo editorial, tanto de infraestrutura quanto de pessoal.³

O artigo se consolida como uma referência indispensável para editores científicos, pesquisadores e avaliadores comprometidos com a excelência editorial, além de constituir material relevante para componentes curriculares voltados à metodologia de pesquisa. As limitações identificadas não diminuem o mérito da investigação, mas antes apontam reflexões para estudos futuros. Particularmente relevante é a reflexão sobre os novos desafios impostos pelo advento da inteligência artificial (IA) no universo dos periódicos científicos, que demandará movimentos nas políticas editoriais para enfrentar os dilemas éticos e operacionais dessa nova era digital na comunicação científica (Rode; Biojone, 2024). Isso porque “[...] será muito mais fácil convencer nossas instituições sociais da necessidade de mudanças fundamentais se pudermos apoiar nossos argumentos em uma base científica” (Capra, 2006, p. 46).

O modelo triádico proposto – que integra normas, aspectos técnicos e dimensões políticas – pode mostrar-se pertinente para reflexão desse cenário em transformação, oferecendo uma estrutura emblemática para a tomada de decisões editoriais em um contexto de rápidas mudanças tecnológicas, pois, nessa sociedade, “[...] nenhuma teoria ou modelo será mais fundamental que outro, e todos eles terão que ser compatíveis” (Capra, 2006, p. 259). Dessa forma, a reflexão das políticas editoriais frente aos novos desafios se faz presente e necessária, para sabermos ter o equilíbrio em nossas ações.

² “[...] criar uma seção que trate da disponibilidade de dados; definir os tipos dados de pesquisa na política editorial; identificar o nível de obrigatoriedade dos dados; definir as exceções; quando o autor deve disponibilizar os dados; quais os embargos serão estabelecidos; se serão aceitos materiais suplementares como forma de disponibilizar os dados; identificação dos repositórios de dados; dos metadados e ontologia dos dados; a relevância de escolher repositórios de dados com identificador permanente na citação de dados; [a] indicação do licenciamento de dados subjacentes ao artigo; a necessidade de ter apoio ao pesquisador para casos de dúvidas; instruções para replicação e reprodução e seção própria para esse tema; o uso das declarações de disponibilidade de dados; e possíveis consequências para o autor” (Silveira, 2023, p. 302).

³ Nesse sentido, Silveira (2023, p. 303) esclarece: “É amplamente reconhecido que as condições de trabalho no universo editorial dos periódicos são precárias e os recursos disponíveis são limitados. No entanto, ressalta-se que os editores são indivíduos comprometidos com a função e fazem o melhor possível dentro de suas condições”.

REFERÊNCIAS

ABDO, Alexandre Hannud. Direções para uma academia contemporânea e aberta. In: ALBAGLI, Sarita; MACIEL, Maria Lucia; ABDO, Alexandre Hannud (org.). **Ciência aberta, questões abertas**. Brasília: IBICT; Rio de Janeiro: Unirio, 2015. p. 287-306.

ALBAGLI, Sarita. Ciência aberta em questão. In: ALBAGLI, Sarita; MACIEL, Maria Lucia; ABDO, Alexandre Hannud (org.). **Ciência aberta, questões abertas**. Brasília: IBICT; Rio de Janeiro: Unirio, 2015. p. 9-25.

CAPRA, Fritjof. **O ponto de mutação**: a ciência, a sociedade e a cultura emergente. São Paulo: Cultrix, 2006.

CHAN, Leslie; OKUNE, Angela; SAMBULI, Nanjira. O que é ciência aberta e colaborativa, e que papéis ela poderia desempenhar no desenvolvimento? In: ALBAGLI, Sarita; MACIEL, Maria Lucia; ABDO, Alexandre Hannud (org.). **Ciência aberta, questões abertas**. Brasília: IBICT; Rio de Janeiro: Unirio, 2015. p. 91-119.

CLINIO, Anne. Por que open notebook science? Uma aproximação às ideias de Jean-Claude Bradley. In: ALBAGLI, Sarita; MACIEL, Maria Lucia; ABDO, Alexandre Hannud (org.). **Ciência aberta, questões abertas**. Brasília: IBICT; Rio de Janeiro: Unirio, 2015. p. 253-286.

DELFANTI, Alessandro; PITRELLI, Nico. Ciência aberta: revolução ou continuidade? In: ALBAGLI, Sarita; MACIEL, Maria Lucia; ABDO, Alexandre Hannud (org.). **Ciência aberta, questões abertas**. Brasília: IBICT; Rio de Janeiro: Unirio, 2015. p. 59-69.

DIAS, Carolina Guimarães de Souza. Políticas editoriais de compartilhamento de dados em periódicos brasileiros de ciências sociais aplicadas na coleção SciELO. **Encontros Bibli**, Florianópolis, v. 29, p. 1-24, 2024. DOI: <https://doi.org/10.5007/1518-2924.2024.e95038>

FIALHO, Lia Machado Fiuza; COSTA, Maria Aparecida Alves da; VASCONCELOS, Karla Colares; BRANDENBURG, Cristine; ALVES, Lia Mara Silva. A ascensão da ciência aberta e os critérios Qualis Capes educação. **Revista Interagir**, Fortaleza, ano XVIII, v. 12, n. 123, p. 29-31, jul./set 2023. DOI: <https://doi.org/10.12662/1809-5771ri.123.4891.p29-31.2023>

FIALHO, Lia Machado Fiuza; GALLETI, Silvia. Avaliação por pares aberta. In: MORAIS, Ana; RODE, Sigmar de Mello; GALLETI, Silvia (org.). **Desafios e perspectivas da editoria científica**: memórias críticas do ABEC Meeting Live 2021. São Paulo: ABEC Brasil, 2022. p. 75-88. Disponível em: https://www1.abecbrasil.org.br/arquivos/desafios_e_perspectivas_da_editoria_cientifica_2021.pdf. Acesso em: 15 fev. 2025.

GANIKO-DUTRA, Matheus; LOPES-DELPHINO, Kevin Luiz; FURTADO, Caio Augusto Martins. Políticas editoriais: uma investigação de periódicos da área da educação por meio de análise documental. **SciELO Preprints**, [s. l.], p. 1-19, ago. 2024. DOI: <https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.9401>

GRUSZYNSKI, Ana Cláudia; GOLIN, Cida; CASTEDO, Raquel. Produção editorial e comunicação científica: uma proposta para edição de revistas científicas. **Revista E-compós**, Brasília, v. 11, n. 2, p. 1-17, 2008. DOI: <https://doi.org/10.30962/ec.238>

GUIMARÃES, Ludmila dos S. Educação superior a distância, universidade aberta e ciência cidadã: o desafio das diferenças. In: ALBAGLI, Sarita; MACIEL, Maria Lucia; ABDO, Alexandre Hannud (org.). **Ciência aberta, questões abertas**. Brasília: IBICT; Rio de Janeiro: Unirio, 2015. p. 229-252.

KERA, Denisa. Hardware aberto para ciência aberta no sul global: diplomacia geek? In: ALBAGLI, Sarita; MACIEL, Maria Lucia; ABDO, Alexandre Hannud (org.). **Ciência aberta, questões abertas**. Brasília: IBICT; Rio de Janeiro: Unirio, 2015. p. 143-168.

LAFUENTE, Antonio; ESTALELLA, Adolfo. Modos de ciencia: pública, abierta y común. In: ALBAGLI, Sarita; MACIEL, Maria Lucia; ABDO, Alexandre Hannud (org.). **Ciência aberta, questões abertas**. Brasília: IBICT; Rio de Janeiro: Unirio, 2015. p. 27-58.

MACHADO, Jorge. Dados abertos e ciência aberta. In: ALBAGLI, Sarita; MACIEL, Maria Lucia; ABDO, Alexandre Hannud (org.). **Ciência aberta, questões abertas**. Brasília: IBICT; Rio de Janeiro: Unirio, 2015. p. 201-227.

MARTIN, Jimmy R. Beyond exchange: appraisal systems in English. In: HUNSTON, Susan; THOMPSON, Geoff (ed.). **Authorial Stance and the Construction of Discourse**. Oxford: Oxford University Press, 2000. p. 142-175.

MENDONÇA, Paula Cristina Cardoso; FRANCO, Luiz Gustavo; MASSI, Luciana; COELHO, Geide Rosa. Experiências da Revista Ensaio Pesquisa em Educação em Ciências com avaliação por pares aberta. **Ensaio Pesquisa em Educação em Ciências**, Belo Horizonte, v. 25, p. 1-9, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1590/1983-21172022240137>

PARRA, Henrique Z. M. Ciência cidadã: modos de participação e ativismo informacional. In: ALBAGLI, Sarita; MACIEL, Maria Lucia; ABDO, Alexandre Hannud (org.). **Ciência aberta, questões abertas**. Brasília: IBICT; Rio de Janeiro: Unirio, 2015. p. 121-141.

PEZZI, Rafael Peretti. Ciência aberta: dos hipertextos aos hiperobjetos. In: ALBAGLI, Sarita; MACIEL, Maria Lucia; ABDO, Alexandre Hannud (org.). **Ciência aberta, questões abertas**. Brasília: IBICT; Rio de Janeiro: Unirio, 2015. p. 169-200.

RODE, Sigmar de Mello; BIOJONE, Mariana. O uso da inteligência artificial na publicação científica: desafios e oportunidades. In: FONTES, Ilda; PINTO, Juliana Maria de Sousa; GALLETTI, Silvia; RODE, Sigmar de Mello (org.). **Desafios e perspectivas da editoria científica**: memórias críticas do ABEC Meeting 2023. São Paulo: ABEC Brasil, 2024. p. 29-44.

SILVEIRA, Lúcia da. **Políticas editoriais de periódicos no ecossistema da ciência aberta**. 2023. 356 f. Tese (Doutorado em Comunicação e Informação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2023.

SILVEIRA, Lúcia da; SILVA, Fabiano Couto Corrêa; DALL'AGNOLL, Ares Barbosa. Políticas editoriais de dados científicos em periódicos da área de comunicação e informação. **Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, Brasília, v. 16, n. 1, p. 1-21, 2023. DOI: <https://doi.org/10.26512/rici.v16.n1.2023.42055>

TAYLOR, Peter C. Contemporary Qualitative Research. In: LEDERMAN, Norman G.; ABELL, Sandra K. (ed.). **Handbook of Research on Science Education**. Nova York: Routledge, 2014. p. 38-54. 2 v.

TREAGUST, David F.; WON, Mihye; DUIT, Reinders. Paradigms in Science Education Research. In: LEDERMAN, Norman G.; ABELL, Sandra K (org.). **Handbook of Research on Science Education**: Routledge, 2014. p. 3-17. 2 v.

TRZESNIAK, P.; PANEPUCCI, L. G. Presença da avaliação por pares aberta na política editorial de uma revista: critérios, métricas e ferramenta. **BiblioCanto**, Natal, v. 9, n. 2, p. 133-146, 2023. DOI: <https://doi.org/10.21680/2447-7842.2023v9n2ID33805>

Submetido: 28/04/2025

Aprovado: 30/04/2025